



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 140, DE 15 DE MAIO DE 2019

NÍVEL E (Nível Superior)
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

18 de agosto de 2019

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **42** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 8** de Língua Portuguesa, **6** de Legislação e **4** de Raciocínio Lógico – **24** de **Conhecimentos Específicos** e a **Prova de Redação em Língua Portuguesa**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO.
- 3 A prova de Redação em Língua Portuguesa consistirá na elaboração de texto escrito com, **no máximo, 30 linhas**, em que serão avaliados: tema e nível de linguagem, coesão e coerência, regras de escritas.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA e na FOLHA DE REDAÇÃO. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição do texto definitivo para a FOLHA DE REDAÇÃO devem ser feitas com **caneta esferográfica de corpo transparente e tinta preta ou azul.**
- 7 Do CARTÃO-RESPOSTA, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada, ou com o uso de corretivo.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO somente serão substituídos se neles forem constatados falha de impressão e/ou se os dados apresentados no CARTÃO e na FOLHA não corresponderem aos seus.
- 9 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO serão os únicos documentos considerados para a correção. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 13 O tempo disponível para a prova é de **cinco horas, com início às 14:00h e término às 19:00h**, observado o horário de Belém-PA.
- 14 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 42.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?

Especialistas se dividem sobre assunto que terá de ser enfrentado por ministro Abraham Weintraub.
Constituição hoje não permite cobrança

Karla Dunder

- 1 O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico. Mas com
2 contingenciamento de verbas em todos os ministérios e como boa parte do orçamento da área é destinado
3 às universidades públicas, volta ao debate a questão do financiamento e de uma possível cobrança de
4 mensalidade.
- 5 De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem
6 cobrar mensalidades. Para mudar o texto seria necessário aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional
7 (PEC). Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de
8 matrícula em instituições públicas.
- 9 O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a
10 diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia
11 Costin. "Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu".
- 12 Ao mesmo tempo, Cláudia defende a produção de "estudos sérios e científicos a esse respeito para
13 que uma decisão possa ser tomada".
- 14 Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas
15 universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais.
- 16 "A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a
17 mensalidade", avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial. "O gasto público
18 nessas universidades é desigual e favorece os mais ricos. Não seria correto que toda a sociedade financie
19 o estudo de jovens de classes mais altas".
- 20 Como alternativa, Becerra usa o sistema das universidades australianas. O estudante paga o curso
21 após a formatura. "Uma parte do custo é devolvida à universidade, mas, como todas as questões sensíveis,
22 deve ser amplamente discutida com a sociedade".
- 23 Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e
24 oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições. "A cobrança
25 de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países
26 como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa".
- 27 Para o reitor da Unicamp, o professor Marcelo Knobel, a universidade gratuita é um direito de todo
28 cidadão. "É possível pensar em outros mecanismos como cobrar mais impostos de quem ganha mais",
29 avalia.
- 30 Knobel também destaca "que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite
31 financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos,
32 só 10% da receita vêm das mensalidades".
- 33 Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade
34 social. E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa. "As universidades públicas
35 têm um papel fundamental para o desenvolvimento de pesquisa de excelência, a cobrança seria um
36 retrocesso."
- 37 Difícil e delicada é a discussão. Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica. Mas
38 é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve.

<https://noticias.r7.com/educacao/universidade-publica-deve-cobrar-mensalidade-dos-mais-ricos-12042019>

Acessado em 25/05/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo Marcelo Becerra, deve-se discutir com a sociedade
- (A) as desigualdades sociais nas universidades públicas.
(B) os gastos públicos nas universidades.
(C) o financiamento dos estudos de jovens de classe alta.
(D) o pagamento de cursos superiores após a formatura.
(E) a devolução dos custos dos cursos às universidades.



- 2 O entrevistado que se contrapõe ao pagamento de mensalidades por estudantes mais ricos julga que a medida
- (A) diminuiria as desigualdades sociais no País.
 - (B) favoreceria os estudantes de escolas particulares.
 - (C) aumentaria o gasto público nas universidades.
 - (D) não garantiria a manutenção das universidades.
 - (E) comprometeria o desenvolvimento de pesquisas.
- 3 O termo empregado no texto que **não** faz referência à cobrança de mensalidades nas universidades é
- (A) *assunto* (linha 9).
 - (B) *forma* (linha 15).
 - (C) *alternativa* (linha 20).
 - (D) *polêmica* (linha 37).
 - (E) *tema* (linha 38).
- 4 Do enunciado “*Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu*” (linha 11), é correto compreender que a cobrança de mensalidades em universidades públicas
- (A) deve ser discutida.
 - (B) é inadmissível.
 - (C) precisa ser implementada.
 - (D) pode ser ilegal.
 - (E) dá margem a polêmica.
- 5 Segundo regras de pontuação, uma vírgula deixou de ser empregada em
- (A) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (B) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia Costin* (linhas 9 a 11).
 - (C) *Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais* (linhas 14 e 15).
 - (D) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (E) *Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade social* (linhas 33 e 34).
- 6 De acordo com a norma culta, existe outra possibilidade de concordância verbal em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (C) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (D) *Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições* (linhas 23 e 24).
 - (E) *Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica* (linha 37).
- 7 Está na ordem inversa o enunciado
- (A) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável* (linha 9).
 - (B) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”* (linhas 16 e 17).
 - (C) *O estudante paga o curso após a formatura* (linhas 20 e 21).
 - (D) *E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa* (linha 34).
 - (E) *Difícil e delicada é a discussão* (linha 37).



- 8 O termo grifado acrescenta ao enunciado a ideia de inclusão em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de matrícula em instituições públicas* (linhas 7 e 8).
 - (C) *“A cobrança de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa”* (linhas 24 a 26).
 - (D) *Knobel também destaca “que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos, só 10% da receita vêm das mensalidades”* (linhas 30 a 32).
 - (E) *Mas é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve* (linhas 37 a 38).

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 9 A vacância do cargo público dar-se-á de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. São hipóteses legais para a sua concretização
- (A) I – falecimento; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – exoneração.
 - (B) I – readaptação; II – demissão; III – promoção – IV – exoneração; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
 - (C) I – promoção; II – demissão; III – exoneração – IV – readaptação; e V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (D) I – demissão; II – exoneração; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
 - (E) I – falecimento; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – exoneração.
- 10 De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesses particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – para o serviço militar; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – para desempenho de mandato classista; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para o serviço militar; e IV – para capacitação.
 - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.



- 11 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos.
- (A) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, somente.
- (B) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (C) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (D) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VIII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
- (E) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – racionalização de métodos e procedimentos de controle; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.



- 12 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Assinale a alternativa em que todos os itens estão corretos.
- (A) I – após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (B) I – após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação não poderá ser parcelada; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza somente no País, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (C) I – após cada quadriênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no país quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (D) I – após cada anuênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.



- (E) I – após cada biênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação somente poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- 13 Cassação de aposentadoria ou disponibilidade, suspensão e demissão são penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com essa Lei, outras penalidades disciplinares existem, tais como
- (A) I – advertência.
- (B) I – destituição de função comissionada; e II – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – advertência; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- (D) I – destituição de cargo em comissão.
- (E) I – destituição de função comissionada.



- 14 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Dentre outras situações, são deveres fundamentais do Servidor Público
- (A) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (B) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – de modo opcional, manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- (C) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a exigência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho não necessariamente seja regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (D) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (E) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – sempre que possível poderá retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – não obrigatoriamente comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.



RACIOCÍNIO LÓGICO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 15 João vai sair de casa e é interpelado por sua mãe:
- João, você vai aonde?
- Não tenho certeza, mãe. Vou encontrar amigos para ir ao futebol ou ao cinema no shopping.
- João, se você for ao cinema, compre chocolate para mim.
- Sim, mãe.
- Quatro horas mais tarde, João, que sempre atende às solicitações de sua mãe, retorna e vem com chocolates. É correto concluir que
- (A) João foi ao cinema.
(B) João não foi ao cinema.
(C) João foi ao cinema e João comprou o chocolate.
(D) João comprou o chocolate no shopping.
(E) João foi ao cinema ou João comprou o chocolate.
- 16 Um motorista dirige um ônibus entre a cidade A e a cidade B, distantes 300 km. Invariavelmente sai na segunda-feira de A às 7 horas e chega na cidade B às 12 horas. Na terça-feira, sai da cidade B às 7 horas e chega na cidade A às 12 horas. É correto afirmar que
- (A) o motorista trafegou pelo menos quatro horas com velocidade superior a 80 km/h.
(B) o motorista trafegou sempre abaixo de 60 km/h.
(C) existiu um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(D) é improvável que tenha havido um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(E) o motorista parou durante o trajeto tanto na segunda-feira como na terça-feira.
- 17 Cinco crianças identificadas pelas letras A, B, C, D e E participam de um jogo, que consiste em passar uma bola de uma para outra de acordo com as regras: A sempre passa a bola para B; B sempre passa para D; C sempre passa para A; D sempre passa para E e E sempre passa para C. Se o jogo inicia por B, é correto afirmar que, após 123 passagens, a bola encontra-se com o jogador
- (A) A.
(B) B.
(C) C.
(D) D.
(E) E.
- 18 Um tanque de 100 metros cúbicos de volume encontra-se enterrado e completamente cheio de água. O tanque está rachado e a água do terreno infiltra a uma razão constante no tanque. Uma bomba trabalha 12 horas durante o dia e retira 30 metros cúbicos de água. Fica parada 12 horas durante a noite, período em que 10 metros cúbicos de água retornam ao tanque pela infiltração. Neste ritmo, o tanque será esvaziado pela primeira vez no
- (A) oitavo dia.
(B) nono dia.
(C) décimo dia.
(D) décimo-primeiro dia.
(E) décimo-segundo dia.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 19 No que diz respeito à estrutura da educação superior no Brasil, a Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelece que o sistema federal de ensino compreende as
- (A) instituições de ensino mantidas pela União; as instituições de educação superior criadas pela iniciativa privada; os órgãos federais de educação.
 - (B) instituições de ensino mantidas pela União; as instituições de educação superior estaduais; os órgãos federais de educação.
 - (C) instituições de ensino mantidas pela União e pelos estados; as instituições de educação superior criadas pela iniciativa privada; os órgãos federais de educação.
 - (D) instituições de ensino mantidas pela União; as instituições de educação superior criadas pela iniciativa privada; os órgãos estaduais de educação.
 - (E) instituições de ensino mantidas pela União e pelos estados; as instituições de educação superior criadas pela iniciativa privada; os órgãos federais e estaduais de educação.
- 20 O papel da Universidade para o desenvolvimento social no Brasil pode ser fundamentado em determinados aspectos. Em relação a esses aspectos, analise as afirmativas seguintes.
- I A universidade tem sido dinamizadora do processo de desenvolvimento local e regional ao contribuir com a sociedade na função de formar capital humano, capaz de colaborar no desenvolvimento e propiciar a geração e desenvolvimento socioeconômico de seu entorno.
 - II A universidade é uma instituição que tem como função mediar o mundo social e a ciência, ocupando uma posição estratégica na dinâmica dos processos de formação de nível superior e nos processos de inovação tecnológica, bem como de produção e difusão da ciência e da cultura.
 - III O papel da universidade é determinante no desenvolvimento social na medida em que as relações estabelecidas entre os agentes – universidades, empresas, sociedade civil – promovem o desenvolvimento de uma dada comunidade.
 - IV Na essência das funções da universidade, pode-se destacar a produção de conhecimento com a pesquisa; transmissão e socialização do conhecimento com a docência e serviço à comunidade com a extensão.
 - V A função social mais importante da universidade é o fomento à economia local, uma vez que ela gera empregos, gera tecnologias e é mobilizadora de novos empreendimentos na sua área de abrangência.
- Estão corretas
- (A) I, II, III e V, apenas.
 - (B) I, II, III e IV, apenas.
 - (C) II, III, IV e V, apenas.
 - (D) I, III, IV e V, apenas.
 - (E) I, II, IV e V, apenas.
- 21 O Plano Nacional de Educação, Lei n. 13.005/2014, em sua Meta 12, propõe que o Estado brasileiro deverá elevar as taxas de matrícula no Ensino Superior, a partir da seguinte estratégia:
- (A) Ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da rede federal de educação profissional e da Universidade Aberta do Brasil.
 - (B) Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil somente aos estudantes egressos de instituições públicas.
 - (C) Expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional, especialmente às populações indígenas e quilombolas.
 - (D) Assegurar, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de créditos curriculares da Graduação em programas e projetos de pesquisa e extensão universitária.
 - (E) Ampliar em 50% a oferta de estágio curricular em diversas organizações sociais, de modo a inserir o estudante da graduação no mundo do trabalho.



- 22 O conceito que expressa o significado de Extensão Universitária para as Instituições de Ensino Superior no Brasil é
- (A) a ação de prestação de serviços da universidade para a comunidade em seu entorno, oferecendo especialmente ações de saúde e educação.
 - (B) uma das dimensões acadêmicas da formação do educando que fortalece sua caminhada na pós-graduação.
 - (C) o processo técnico-pedagógico de democratização do conhecimento por meio das ações desenvolvidas pelas faculdades dos cursos de graduação.
 - (D) o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.
 - (E) o processo de produção do conhecimento adquirido por meio da pesquisa acadêmico-científica, disseminado em eventos universitários.
- 23 A regularização de um curso nas instâncias universitárias exige que seja elaborado seu respectivo Projeto Pedagógico e este documento deverá respeitar as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais
- (A) da Educação Básica.
 - (B) dos Cursos de Graduação.
 - (C) da Educação Superior e Profissional.
 - (D) para Formação de Professores.
 - (E) dos Cursos de Formação Técnica e Tecnológica.
- 24 Segundo a legislação educacional brasileira, as instituições de educação superior credenciadas como universidade reúnem características particulares, entre elas destaca-se
- (A) receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultantes de convênios específicos de entidades públicas.
 - (B) elaborar e/ou reformar seus estatutos e regimentos, condicionados à autorização do Ministério da Educação.
 - (C) promover formação especializada por campo de saber.
 - (D) ser unicamente instituições pluridisciplinares de formação de quadro profissional de nível básico e superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.
 - (E) não gozar de autonomia didático-acadêmica e de gestão financeira e patrimonial.
- 25 No intuito de institucionalizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior, as instituições devem considerar alguns aspectos, dentre eles
- (A) assegurar, no mínimo, 30% (trinta por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - (B) fomentar estudos e pesquisas articuladas entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, abstraindo-se de considerar as necessidades econômicas, sociais e culturais do País.
 - (C) oportunizar as reflexões sobre a produção de conhecimento na pesquisa e na extensão devem ser objeto de estudo e debate nos diferentes processos formativos nos cursos de graduação e pós-graduação.
 - (D) valorizar o docente pesquisador(a) na perspectiva de demonstrar o sentido da ciência como conhecimento acabado e conclusivo, sem possibilidades de mudanças no decorrer do tempo.
 - (E) promover a formação de pesquisa para a boa formação profissional, no entanto, sem estreito contato com a sociedade para que não influencie na isenção da produção de conhecimento.
- 26 O processo de avaliação institucional realizado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) compreende a avaliação
- (A) interna exclusivamente das instituições públicas de educação superior.
 - (B) externa apenas das instituições privadas, comunitárias e confessionais, de educação superior.
 - (C) dos cursos de graduação e especialização.
 - (D) do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.
 - (E) dos cursos de pós-graduação.



- 27 De acordo com o Estatuto da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), uma das suas atribuições é
- (A) investir na formação de recursos de alto nível apenas em âmbito nacional.
 - (B) avaliar a pós-graduação stricto sensu e lato sensu.
 - (C) potencializar o acesso e disseminação da produção científica em todas as áreas do conhecimento.
 - (D) promover a cooperação científica nacional e em países do MERCOSUL.
 - (E) induzir o fomento da formação continuada de professores centralmente na modalidade a distância.
- 28 Em relação ao acompanhamento de cursos e de desempenho dos estudantes, de acordo com a Lei que instituiu o SINAES, é correto afirmar que o processo de avaliação
- (A) manterá os dados e resultados dos processos avaliativos em caráter sigiloso, com informação apenas para a direção da instituição avaliada.
 - (B) destacará a avaliação da aprendizagem, interna e externa, contemplará a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos.
 - (C) valorizará o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos.
 - (D) mobilizará os estudantes através dos principais veículos de comunicação do respectivo estado para assegurar a participação intensa da comunidade acadêmica.
 - (E) provocará a participação exclusiva da comunidade interna que compreende os corpos discente e docente das instituições de educação superior.
- 29 Conforme a Constituição Brasileira de 1988, a autonomia universitária compreende as seguintes dimensões institucionais:
- (A) Gestão financeira, acadêmico-científica e política.
 - (B) Gestão financeira, patrimonial e curricular.
 - (C) Administrativa, didático-científica e curricular.
 - (D) Institucional, gestão financeira e patrimonial.
 - (E) Didático-Científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- 30 Sobre a gestão e coordenação de processos educacionais, analise as afirmativas seguintes.
- I As ações de gestão devem ser determinadas exclusivamente pelas dimensões administrativa e financeira da instituição educativa, de modo a instrumentalizar a gerência das ações e decisões.
 - II A gestão é o ato de gerir a dinâmica cultural da instituição educativa, em articulação com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação do projeto político pedagógico.
 - III A gestão da educação deve ser comprometida com os princípios da democracia, da transparência, da participação e do compartilhamento das decisões.
 - IV A gestão atualmente é compreendida como um processo de tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados, com acompanhamento e avaliação dos encaminhamentos efetivados.
 - V A gestão deve estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar a cultura organizacional, apoiar a realização de ações conjuntas, associadas e articuladas, de modo a atingir os objetivos da instituição educativa.
- Estão corretas
- (A) I, II, III e IV, apenas.
 - (B) I, III, IV e V, apenas.
 - (C) II, III, IV e V, apenas.
 - (D) I, II, III e V, apenas.
 - (E) I, II, IV e V, apenas.



- 31 Sobre a Educação Superior e o Desenvolvimento Social do Brasil, analise as assertivas.
- I No Brasil, demanda-se da educação superior ampliar e qualificar a formação de quadros técnico-profissionais exigidos pelos setores de ciência e tecnologia (C&T), educacional, governamental e produtivo, de modo a oferecer ao país os recursos humanos almejados por um modelo de crescimento econômico que promova a geração de emprego e renda, de natureza redistributiva.
 - II No que tange à produção científica, realizada fundamentalmente pelas Instituições de Ensino Superior (IES), o financiamento privado tem sido predominante. Isso leva a crer que o Poder Público não está cumprindo sua tarefa de financiar e estimular a produção de conhecimento científico, ao mesmo tempo em que não estaria favorecendo, em virtude do modelo de política macroeconômica, ou devido à insuficiência de incentivos setoriais, a transformação desse conhecimento produzido em bens e produtos de natureza econômica.
 - III O gasto *per capita* na educação superior tende a ser, em qualquer país, sempre maior que o da educação básica. Mas, no caso brasileiro, essa diferença se torna mais acentuada pelo fato de os dispêndios com a educação básica serem insuficientes para assegurar um ensino de qualidade.

Em relação a essas assertivas, é correto afirmar que

- (A) assertivas I e II são verdadeiras e a III é falsa.
 - (B) assertivas I e III são falsas e a II é verdadeira.
 - (C) assertiva II é falsa e as I e III são verdadeiras.
 - (D) assertiva I é verdadeira e as II e III são falsas.
 - (E) assertiva III é verdadeira e as assertivas I e II são falsas.
- 32 Sobre os direitos humanos, com base no texto “Concepção Contemporânea de Direitos Humanos”, de autoria de Flávia Piovesan, publicado na obra organizada por Haddad, S; Graciano, M “A Educação entre os Direitos Humanos”. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Ação Educativa, 2006, p. 11-42, considere as afirmativas seguintes, assinalando V nas verdadeiras e F nas falsas.
- () A efetiva proteção dos direitos humanos demanda não apenas políticas universalistas, mas específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis, enquanto vítimas preferenciais da exclusão.
 - () A implementação dos direitos humanos requer a universalidade e a indivisibilidade desses direitos, acrescidos do valor da diversidade.
 - () Ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial.

A sequência correta é

- (A) F, F, V.
- (B) F, V, V.
- (C) F, F, F.
- (D) V, V, V.
- (E) V, V, F.



33 A inclusão social traz no seu bojo, dentre outras questões, a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade. No entanto, faz-se necessário destacar que, para que haja a inclusão social, um dos maiores problemas a ser enfrentado no contexto brasileiro é a escassez de recursos e serviços que assegurem condições de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais, a exemplo do acesso ao mercado de trabalho para as pessoas com deficiência. Sobre acesso ao mercado de trabalho para as pessoas com deficiência no Brasil, analise as afirmativas seguintes, assinalando V nas verdadeiras e F nas falsas.

- () A Constituição Brasileira não trouxe avanços significativos que respaldassem leis que garantissem o acesso ao trabalho e à educação profissional das pessoas com deficiência.
- () A reserva de vagas na Administração Pública ou nas empresas privadas para pessoas com deficiência não tem amparo legal na legislação brasileira porque se constitui em proteção paternalista.
- () A reserva de vagas na Administração Pública ou nas empresas privadas para pessoas com deficiência, garantida na legislação brasileira, baseia-se na premissa básica de que a lei deve assegurar a igualdade real entre as pessoas, suprimindo as desigualdades que se constituam em fatores de segregação.

A sequência correta é

- (A) F, F, F.
- (B) F, F, V.
- (C) F, V, V.
- (D) V, V, F.
- (E) V, V, V.

34 A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu sistema rígido de normas, assegura vários direitos fundamentais. Em seu art. 1º, a referida carta consagra o princípio da cidadania (inciso II). A cidadania “expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”

(DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos e cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. P. 14).

Em relação aos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, analise os itens seguintes.

- I É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- II Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- III É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- IV É permitida a prática da eutanásia em situações em que o sujeito apresenta um estado de saúde irrecuperável, ou melhor, sem possibilidades de tratamento clínico e nem de melhora por incapacidade de resposta do sistema imunológico.

Estão corretos

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.



35 De acordo com os autores Costa e Castanhar (2003, p. 972), sendo a avaliação uma forma de mensurar o desempenho de programas, é necessário que sejam definidas medidas que possibilitem a aferição do resultado obtido, denominadas de critérios de avaliação.

(COSTA, Frederico Lustosa da & CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. R AP Rio de Janeiro 37(5):969-92, Set./Out. 2003).

Dentre estas medidas, apresenta-se a sustentabilidade, que é

- (A) um termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa.
- (B) a medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas.
- (C) a indicação se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais.
- (D) a medida da capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término.
- (E) a avaliação do grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário.

36 Leia as assertivas seguintes.

- I Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação, processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.
- II Planejamento de Ensino é o processo de decisão sobre atuação concreta dos professores, no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações, em constantes interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos.

Sobre essas assertivas, é correto afirmar que

- (A) as duas assertivas são verdadeiras e a segunda exemplifica a primeira.
- (B) as duas assertivas são verdadeiras, mas a segunda não exemplifica a primeira.
- (C) as duas assertivas são falsas.
- (D) a primeira é uma assertiva verdadeira, e a segunda, falsa.
- (E) a primeira é uma assertiva falsa e a segunda, verdadeira.

37 O Projeto Político Pedagógico da escola

- (A) constitui-se de um ou mais projetos que orientam o funcionamento da escola, num período de tempo definido.
- (B) explicita princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo.
- (C) sistematiza a proposta geral de trabalho do professor de uma determinada disciplina ou área de estudo, numa dada realidade.
- (D) constitui-se em um documento elaborado pela equipe gestora da escola e que deve ser implementado pelos demais segmentos da comunidade escolar.
- (E) é construído para ter longa vigência, evitando-se as constantes mudanças que prejudicam a eficiência e a eficácia do trabalho desenvolvido pela escola.



38 Os textos abaixo versam sobre concepções de avaliação.

- I Avaliação que tem por foco a capacidade de reprodução de determinado conteúdo repassado pelo professor e que valoriza a maior capacidade mimética do aluno. Nessa perspectiva, ela é realizada apenas no final do processo de aprendizagem, a fim de medir seu produto final, atuando como instrumento de coleta de “nota”.
- II Avaliação conduzida com o propósito de identificar as fraquezas e as potencialidades dos estudantes, com o intuito de informar futuras estratégias ao professor e ao aluno. Fundamenta-se na ideia de que, para o professor, a atenção ao desempenho do estudante é elemento primordial à prática pedagógica, ou seja, cabe ao educador desenvolver estratégias que lhe permitam conhecer os erros e acertos do aluno a fim de promover o seu objetivo cognitivo.
- III Avaliação que se caracteriza como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso primordial desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua “própria história” e gerem suas próprias alternativas de ação.

As concepções mencionadas são, respectivamente,

- (A) classificatória, diagnóstica e emancipatória.
- (B) diagnóstica, classificatória e processual.
- (C) formativa, classificatória e somativa.
- (D) classificatória, formativa e diagnóstica.
- (E) tradicional, emancipatória e diagnóstica.

39 Em 2004, por meio da Lei nº 10.861, foi instituído, no Brasil, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Sobre este Sistema, é correto afirmar que

- (A) tem por objetivo assegurar processo de avaliação das instituições de educação superior que integram o sistema federal de ensino, bem como os seus cursos de graduação e o desempenho acadêmico de seus estudantes.
- (B) foi criado para promover avaliação institucional interna, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos.
- (C) os resultados da avaliação promovida pelo SINAES constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, compreendendo a autorização e o reconhecimento de cursos de graduação.
- (D) a avaliação das instituições de educação superior deverá considerar as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, obrigatoriamente, a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- (E) as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho não constituem dimensões avaliadas pelo sistema.

40 Em relação ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, analise as assertivas seguintes.

- I A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será bienal.
- II Não é admitida a utilização de procedimentos amostrais, devendo todos os alunos de todos os cursos de graduação, ao final do último ano de curso, ser submetido ao ENADE.
- III A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

Sobre essas assertivas, é correto afirmar que

- (A) apenas a assertiva I é verdadeira.
- (B) apenas a assertiva II é verdadeira.
- (C) apenas a assertiva III é verdadeira.
- (D) as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- (E) as assertivas I, II e III são falsas.



41 A Internet comporta diversas interfaces. Cada interface reúne um conjunto de elementos de hardware e software destinados a possibilitar aos internautas trocas, intervenções, agregações, associações e significações como autoria e coautoria. Dentre estas interfaces, citam-se

- I um espaço on-line de bate-papo síncrono (com hora marcada) com envio e recepção simultâneos de mensagens textuais e imagéticas.
- II um espaço on-line de discussão em grupo.
- III um espaço on-line que reúne uma comunidade virtual por e-mail.

As interfaces acima mencionadas são, respectivamente,

- (A) AVA, Forum, Blog.
- (B) Site, Chat, Forum.
- (C) Lista de discussão, AVA, Forum.
- (D) Chat, Forum, Lista de Discussão.
- (E) Blog, Chat, Forum.

42 Sobre a educação superior no Brasil, considere as seguintes assertivas.

- I A expansão do ensino superior, nas últimas décadas, não constitui resultado de um planejamento educacional por parte de organismos governamentais. A lógica que orientou sua expansão foi conduzida, em grande medida, pela lógica da demanda e da oferta, em cuja dinâmica o setor privado tem ocupado um papel relevante no sentido de suprir a demanda por um ensino de massa.
- II A expansão do ensino superior brasileiro, além de marcada pela presença sempre crescente do ensino privado, desenhou um padrão principal de oferta de vagas com forte ênfase nas carreiras e nos cursos de menor custo de implantação, a saber, os cursos das áreas de ciências humanas e de ciências sociais aplicadas.
- III A ampliação do acesso e a maior inclusão social no ensino superior deu-se com a introdução de dois programas importantes, o das políticas afirmativas no setor público e o Prouni, uma política governamental implementada no setor privado.
- IV Em 2017, conforme os dados do Censo da Educação Superior, o típico aluno de cursos de graduação a distância cursa o grau acadêmico de bacharelado. Na modalidade presencial, esse estudante cursa licenciatura. Em relação ao número de estudantes matriculados, o sexo feminino predomina em ambas as modalidades de ensino, o turno noturno é o que possui mais estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial.

Quanto a essas assertivas, é correto afirmar que

- (A) todas as assertivas são verdadeiras.
- (B) todas as assertivas são falsas.
- (C) apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- (D) apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
- (E) apenas as assertivas II, III e IV são falsas.



REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

O texto **Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?** expõe argumentos de pessoas que se colocam favoráveis e de outras que se mostram contrárias à cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Em um texto em prosa, **expresse a sua opinião sobre o assunto, apresentando argumentos diferentes daqueles já pontuados no texto.**

Tema:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RESERVA